

Legislação Institucional

GRUPO IV | Questões utilizadas na Prova Oral

21 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 6 | Questão 06

Um Promotor de Justiça Cível com atribuição na defesa dos direitos constitucionais instaura, de ofício, um Inquérito Civil para apurar graves violações de direitos de idosos ocorridas no interior de uma entidade privada de longa permanência. Considerando as regras sobre o Inquérito Civil na Lei nº 8.625/93 e na LC-ES nº 95/97, e as obrigações processuais da Instituição:

- a) Com base no art. 26 da Lei nº 8.625/93 e na LC-ES nº 95/97, o Promotor requisita informações e prontuários diretamente aos diretores da entidade privada, fixando prazo de 15 dias úteis para resposta. O destinatário privado que descumpra o prazo de forma injustificada por ser responsabilizado de alguma forma?
- b) Se o Promotor decretar sigilo dos atos do Inquérito Civil para resguardar a intimidade dos idosos, esse sigilo impede de forma absoluta o acesso do advogado da entidade investigada? Como a jurisprudência dos Tribunais Superiores modula esse acesso?
- c) No contexto de graves violações de direitos fundamentais, o Inquérito Civil é apenas instrumento preparatório da Ação Civil Pública, ou possui função autônoma de proteção integral e apoio imediato às vítimas? Explique o conceito de obrigação processual positiva da Instituição.

Tarde | Ponto 7 | Questão 07

Um membro do Ministério Público recebe uma notícia de fato envolvendo um amigo íntimo e, por isso, declara sua suspeição para officiar no procedimento. Algumas semanas depois, o membro que passou a officiar na notícia de fato se aposentou, razão pela qual sua Promotoria de Justiça ficou vaga. Sobre o tema, responda às seguintes perguntas:

- a) No caso de suspeição do membro do Ministério Público, a quem compete a indicação do novo membro oficiente? É necessário atender a correspondência entre órgãos de execução?
- b) Cite pelo menos duas hipóteses de vacância de cargo da carreira do Ministério Público para além da aposentadoria. Qual a diferença de provimento originário e derivado? Exemplifique no contexto do MPES.
- c) Diante da vacância, o número de vagas na classe inicial da carreira do Ministério Público chega a 10% do total de cargos dessa classe. Esse percentual já torna obrigatória a abertura de concurso público? De quem é a iniciativa de abertura?

22 de setembro de 2026

Manhã | Ponto 4 | Questão 04

O Colégio de Procuradores de Justiça, no uso de suas atribuições, resolve destituir o Corregedor Geral do Ministério Público em razão de grave omissão dos deveres do cargo. Na mesma sessão, julga um recurso contra a decisão de não vitaliciamento de um membro, alcançando a maioria simples para dar provimento ao recurso e determinar o seu vitaliciamento.

- a) De quem é a representação para a destituição do Corregedor Geral perante o Colégio de Procuradores de Justiça? Cite pelo menos duas outras hipóteses previstas na LC-ES 95/97 para sua destituição e o quórum necessário para tanto.
- b) A qual órgão do Ministério Público do Espírito Santo compete decidir sobre o vitaliciamento do membro do Ministério Público? Qual é a sua composição?
- c) Cite e explique pelo menos uma hipótese em que o Colégio de Procuradores de Justiça funciona como órgão colegiado de execução no exercício da atividade finalística. Nesta condição, ele é dotado de independência funcional?

Tarde | Ponto 2 | Questão 02

Diante da inexistência de orientação geral sobre as hipóteses de intervenção do MP como *custos legis* no processo civil, o Procurador Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo disciplina, por ato normativo interno e com fundamento no princípio da unidade institucional, a matéria, reduzindo de forma geral as hipóteses de intervenção obrigatória.

- a) Essa disciplina por ato interno encontra amparo na Recomendação CNMP nº 34/2016? A Recomendação tem caráter vinculante? E ato normativo interno do PGJ?
- b) A adoção desse ato interno deve preservar algum atributo funcional dos membros da Instituição? Qual? O ato encontra fundamento legal na LC-ES 95/97?
- c) A Recomendação CNMP nº 34/2016 prevê alguma consequência caso, em razão dessa nova disciplina, houver redução relevante do quantitativo processual de uma Promotoria de Justiça? Se sim, qual(is)?